

No leblon, 'flanelinhas' estão longe de fazer R\$ 4 mil por mês

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O casal Mônica e Benedito Gomes, de 43 e 56 anos, acordam cedo no Morro Vila Formosa, em Nova... O casal Mônica e Benedito Gomes, de 43 e 56 anos, acordam cedo no Morro Vila Formosa, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, para seguirem rumo ao Leblon, na Zona Sul do Rio, onde trabalham como guardadores de carros. Ela vai de segunda a sábado. Ele, dia sim, dia não. São regularmente matriculados numa das empresas que têm autorização da prefeitura para repassar talões de estacionamento público aos trabalhadores informais. Juntos, ganham R\$ 700 por mês. Nos dias em que não atua como guardador, Benedito cata materiais para reciclagem, o que rende mais R\$ 200. A renda do casal é apenas uma fração do valor de até R\$ 4 mil que o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, disse anteontem ser a renda mensal possível de "flanelinhas" no bairro carioca, ao ser questionado sobre a taxa de informalidade no país. "Chego em casa às 22h todo dia e não ganho um salário mínimo. Se eu ganhasse R\$ 4 mil, não precisaria sair de casa para ir na cozinha e no banheiro, que ficam do lado de fora. Já teria terminado minha obra" desabafa Mônica, frisando que falta dinheiro até para comer. Ela está há três anos na função, desde que seu marido se afastou por três meses da atividade exercida há 15 anos em pé por um problema na perna. Não demorou para Mônica também pagar um preço na saúde, por não ir ao banheiro nem beber água, para não perder dinheiro. Também precisou se tratar, mas não tinha nem como pagar os remédios, conta: "O remédio custava R\$ 46 e eu não tinha. Minha filha fez uma transferência pra mim. As contas não fecham ainda. Os remédios do meu marido custam quase R\$ 200. Então eu não consigo pagar há dois meses o meu cartão de crédito, que tem limite de R\$ 300. E o juro está correndo. A função de guardador de carros é um dos sintomas brasileiros da alta informalidade no mercado de trabalho. No terceiro trimestre, mais da metade (54%) do crescimento de 4% da ocupação no país foi em posições sem carteira assinada. Dos 93 milhões de ocupados, 40,6% são trabalhadores informais. Em igual período de 2020, essa fatia era de 38%, segundo o IBGE. "A informalidade sempre foi importante para a ocupação no país. Na crise, se aprofunda. Mas temos cada vez menos emprego formal e menos salário, porque crescem as relações não assalariadas" diz Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE. Assim, o que seria um colchão para o desemprego acaba precarizando o trabalho. "A concorrência feroz entre 'flanelinhas' ou vendedores de milho, por exemplo, nas ruas é reflexo do crescimento do número de trabalhadores por conta própria e da informalidade. Na pandemia, houve um movimento em 'v' no número desses trabalhadores, que chegou ao maior nível histórico. Mas a renda deles fez o 'v' invertido, indo ao nível mais baixo agora" diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social. O rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta própria "são 25,5 milhões de pessoas" é de apenas R\$ 1.879 para aqueles sem CNPJ. O dos com registro formal alcança R\$ 3.257. Leonardo Monasterio, coordenador de Ciência de Dados da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), explica que, no Brasil, há uma série de ocupações que deveriam estar extintas, mas que se mantêm por razões históricas e pela desigualdade: "Há ocupações que vão demorar para desaparecer no Brasil, onde temos fiscal de prova, ascensorista, guardador de carro, trocador de ônibus. Em geral, os salários vão subindo e o trabalho é substituído por capital" afirma. "As famílias dispensam a empregada doméstica, compram lava-louça, Roomba (robô aspirador), pedem comida em casa. Mas, aqui, ainda é caro fazer isso. Compensa pagar a mão de obra. A baixa escolaridade deixa essas pessoas à margem do mercado de trabalho formal, observa Monasterio: "Não conseguem um emprego que permitiria ir gradualmente aprendendo e subindo. Eles ficam travados em algo que não permite adquirir novas qualificações. Entrega de bicicleta foi essencial e de alta demanda na pandemia, mas só ajudou as pessoas a não morrerem de fome. Não entraram numa trajetória de emprego formal. Samir Henrique Dias, de 47 anos, tira R\$ 80 por dia como guardador no Leblon, vendendo os talões de estacionamento público. No mês, são R\$ 1.200, porque só pode trabalhar em dias alternados. A mulher dele não faz mais de R\$ 400 por mês como manicure. Com eles, vivem o filho Iago, de 25, que ganha R\$ 600 com entregas; a neta Ariela, de quase 2 anos; e a filha Thaiane, de 18, estudante. "Minha filha estuda, pra se encaminhar. Eu tive que parar na oitava série para trabalhar. Estou há 18 anos trabalhando como guardador, até conseguir algo melhor. A gente conhece muito porteiro, zelador, então vai que tem um convite..." sonha. O pai de X, que não quis se identificar, foi flanelinha por 23 anos no Leblon e tinha a confiança da clientela, mesmo sem crachá de guardador. Agora, ele assumiu o lugar do pai, que faleceu, há um mês. "No fim do mês, tiro R\$ 300, trabalhando de segunda a sábado aqui. Quando chego em Vila Isabel, onde moro, trabalho num bar até 23h, para ganhar mais R\$ 200 por mês. E no domingo, vou para um lava a jato para tirar mais R\$ 150 por mês" conta. "Não tem como tirar R\$ 4 mil por mês. Que isso? Olha, esse dinheiro ia resolver muita coisa na minha vida. O manobrista João da Silva, de 63 anos, que trabalha para uma empresa que presta serviço para um restaurante no Leblon, nem com carteira assinada se aproxima da renda alardeada pelo ministro. "Meu salário não chega nem perto. É metade, e trabalhando de terça a domingo. E ele fala como se ganhar R\$ 4 mil fosse atingir um patamar que não deveria. Mas R\$ 4 mil não é riqueza. Nós deveríamos ter um salário digno, uma vida melhor.